



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@ufes.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Lopes XAVIER, Glauber

Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro

Argumentum, vol. 9, núm. 2, mayo-agosto, 2017, pp. 147-160

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475555301013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro

*Agribusiness and dependent capitalism in Latin America:
the brazilian case*

Glauber Lopes XAVIER¹

Resumo: No trabalho em tela, realiza-se um esforço de compreensão do capitalismo periférico latino-americano, especialmente o caso brasileiro, com base na dinâmica econômica do agronegócio. Parte-se da hipótese, a qual os dados apontam para uma confirmação, ainda que preliminar, de que a dependência econômica ligada ao agronegócio ensejou um novo patamar de sujeição financeira, incorrendo numa nova dinâmica de acumulação e reprodução do capital na periferia. Para tanto, foram realizadas algumas incursões teóricas acerca do debate sobre o imperialismo e a teoria da dependência, bem como se procedeu à análise de indicadores econômicos relacionados ao comércio exterior.

Palavras-chave: Imperialismo. Dependência. América Latina. Agronegócio. Brasil.

Abstract: The article attempts to understand Latin American peripheral capitalism, specifically the Brazilian case, based on the economic dynamics of agribusiness. It is based on the hypothesis, which the preliminary data seems to confirm, that the economic dependency accompanying agribusiness resulted in a new baseline of financial constraint, implying a new dynamic of accumulation and reproduction of capital in the periphery. To this end, some theoretical forays were made into the debate on imperialism and dependency theory, as well as the analysis of economic indicators related to foreign trade.

Keywords: Imperialism. Dependency. Latin America. Agribusiness. Brazil.

Submetido em: 4/2/2017. Aceito em: 10/8/2017.

Apontamentos introdutórios

Dada a natureza periférica do capitalismo Latino-Americano, a qual é compartilhada pela economia brasileira, cuja origem remete à experiência colonial e suas formas de desenvolvimento do capitalismo (dependente), cumpre realizar um esforço de compreensão da dinâmica que reveste tal dependência na atualidade. O trabalho em questão, centra tal esforço na realidade brasileira, tomando a relevância ocupada pelo agronegócio. Assim, empreende-se uma análise do papel do agronegócio brasileiro nos quadros do capitalismo periférico Latino-Americano com base em dados coletados basicamente por meio de três fontes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU).

¹ Economista. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás (UEG, Anápolis, Brasil). Av. Juscelino Kubitschek, nº 146, Bairro Jundiá, Anápolis, Goiás, CEP: 75.110-390. Bolsista de produtividade em pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (Probip/UEG, Goiania, Brasil). E-mail: <glauber.xavier@ueg.br>.

Para tanto, o estudo em questão encontra, nas contribuições fornecidas pela teoria marxista da dependência, os fundamentos para a compreensão da atual dinâmica de acumulação perseguida pelos países em “vias de desenvolvimento”. Tal dinâmica, consiste em uma participação, nos quadros do capitalismo global, de natureza particular erigida sob a importância da economia primária. Não obstante o atraso estrutural, que muitas vezes, comanda os processos de acumulação no âmbito de seus territórios, esta participação extrapola o fornecimento de *commodities* para os países desenvolvidos, ou as chamadas economias cêntricas, na medida em que compartilha do circuito de expansão do capital financeiro em termos globais (XAVIER, 2016).

No caso brasileiro, as relações sociais de produção de alguns setores, como o sucroalcooleiro, marcadas pela superexploração² da força de trabalho, associadas à forma de negociação do capital das agroindústrias (ações nas bolsas das principais economias mundiais) atestam a inferência acima exposta. Grandes corporações empresariais ligadas à pecuária, bem como à produção de soja, milho, cana-de-açúcar, assim como à extração mineral, dentre outros produtos primários³, muitas delas transnacionais, têm aproveitado da disponibilidade de força de trabalho e de recursos naturais pertencentes aos países periféricos (especialmente países da América Latina e da Ásia) com o propósito de garantirem altos patamares de lucros (XAVIER, 2016).

Esse processo se insere dentro de uma geopolítica territorial que visa, às expensas dos países pobres ou *em desenvolvimento* (extração de mais-valia por meio de relações degradantes de trabalho, deterioração dos recursos naturais, obtenção de fundos públicos via subsídios e/ou renúncia fiscal), a ampliação da riqueza nos países de capitalismo avançado. Tal ofensiva, tem se instaurado por meio da aquisição de terras por parte de empresas estrangeiras, mas também por meio da produção de *commodities* em larga escala, especialmente em áreas de fronteiras agrícolas, como, no caso brasileiro, do vasto território da chamada *nova fronteira agrícola*, constituída pelas seguintes parcelas das respectivas Unidades Federativas: sul do Maranhão, sul do Piauí, sul do Tocantins e oeste da Bahia (XAVIER, 2016).

Com efeito, esses processos têm ocorrido no bojo de uma reconfiguração da própria relação centro-periferia, o que requer tanto o deslindamento das transformações em curso quanto o exercício de abstração desse real com o fito de se compreender as estratégias geopolítico-territoriais que conformam o chamado novo imperialismo. Cumpre considerar, portanto, que esse novo imperialismo (ao menos no caso brasileiro), tem se amoldado mediante o imperativo do capital financeiro e sob a hegemonia do agronegócio, do que nos valem metodologicamente de um quadro analítico sustentado pela teoria marxista e pela teoria da dependência, ademais de outras contribuições (XAVIER, 2016).

² Essa questão é sobejamente explorada por Marini em sua obra *Dialética da dependência*.

³ Segundo breve definição de Castro e Lessa (1982, p. 26): “O setor primário engloba as atividades que se exercem próximas à base de recursos naturais (agropastoris e extrativas).”

As teses sobre o imperialismo e a dependência econômica Latino-Americana⁴

As transformações econômicas nos países latino-americanos, especialmente a partir das duas últimas décadas, têm suscitado um debate acerca da importância da teoria da dependência como suporte às análises sobre a reprodução do caráter de dependência econômica. Dado esse diagnóstico, é que se impõe a necessidade de se promover um retorno ao debate sobre o capitalismo periférico Latino-Americano.

As preocupações que moveram intensas e acaloradas discussões no decurso das décadas de 1950, 1960 e 1970 voltam à baila com a constatação de que as exportações realizadas pelos países periféricos, na medida em que não possuem a mesma intensidade de capital que os bens industrializados, ensejam um fluxo mercantil de trocas desiguais e incorre numa nova dependência. Há que se ter em conta, no entanto, que essa nova dependência não se assemelha *in totum* à dependência que moveu os debates de outrora.

A crítica da economia política marxista consiste no método que sustenta boa parte das análises empreendidas sobre o capitalismo latino-americano. É dela que emergiram inúmeras teses sobre o imperialismo e sobre a reprodução da condição de dependência econômica nos países mais pobres do globo (América-latina e países asiáticos, sobretudo). A contribuição desse método reside no princípio da totalidade que a ele é subjacente, bem como aos fundamentos no que tange sua teoria do valor e os princípios da chamada *Lei geral de acumulação capitalista*.

A crítica da economia política marxista, não obstante as possibilidades de apreensão da histórica, que são possíveis a partir dela, por si não é capaz de fornecer elementos teóricos para a apreensão dos processos de acumulação que se instauraram com o decurso de capitalização das economias periféricas, consoante às demandas advindas das economias centrais. Daí a relevância das teses sobre o imperialismo, bem como da chamada teoria marxista da dependência, elaboradas num contexto de profundas transformações que se processavam nas economias dos países latino-americanos.

Com efeito, as teses sobre o imperialismo encontraram, no pensamento de Lenin, importante contribuição. Ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Lenin observara o caráter desigual de desenvolvimento das economias e como isto constituiria um entrave histórico para um processo revolucionário em termos globais. Esta discussão Lenin pormenoriza em sua obra *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, dada a situação histórica engendrada pelo colonialismo e a dependência econômica associada ao capital industrial monopolista e ao capitalismo financeiro em expansão.

⁴ “A expressão América Latina, vulgarizada nos Estados Unidos, durante muito tempo foi utilizada apenas com um sentido geográfico, para designar os países situados ao sul do Rio Grande. Longe de interessar-se pelo que existia de comum entre elas, as nações surgidas nas terras de colonização ibérica das Américas preocupavam dar ênfase ao que era traço próprio de cada uma, num esforço de definição das personalidades nacionais respectivas. À parte o Brasil, de colonização portuguesa, e o Haiti, de colonização francesa, as demais repúblicas possuem uma história colonial em grande parte comum e têm, no espanhol, uma língua comum” (FURTADO, 1976, p. 3).

Nas palavras de Lenin (1981, p. 98): “Si fuera necesario dar una definición lo más breve posible del imperialismo, debería decirse que el imperialismo es la fase monopolista del capitalismo.” Outro marxista russo, Leon Trotsky, dará prosseguimento às teses sobre o imperialismo, em grande medida com base nos postulados de Lenin, observando que associado ao desenvolvimento desigual está o subdesenvolvimento dos países periféricos. Com base nessa constatação história é que Trotsky (2007; 2009), irá postular sua tese da revolução permanente e da necessidade de uma revolução para além dos limites das fronteiras nacionais, ou seja, ela deveria ser internacional e não circunscrita a um país apenas.

Acerca das estratégias para tal empreitada revolucionária, estas deveriam partir especialmente da questão agrária. Essa foi a análise realizada por Trotsky a respeito da condição de sujeição ao imperialismo por parte dos países latino-americanos. Para o teórico, “Os países coloniais e semicoloniais devem lutar antes de tudo contra o país imperialista que os oprime diretamente, independente de que use a máscara da democracia ou do fascismo” (TROTSKY, 2009, p. 106). Ainda sobre a estratégia revolucionária que deveria ser levada a cabo pelos países coloniais e semicoloniais latino-americanos, Trotsky assevera que: “Nos países latino-americanos, o melhor método de luta contra o fascismo e o mais seguro é a revolução agrária” (TROTSKY, 2009, p. 106).

No que concernem às estratégias imperialistas encetadas pelas economias centrais, é fundamental compreendê-las naquilo que conformam em termos econômicos, além de políticos evidentemente. Nesse particular, destacam-se os textos de Lênin (1981) e de Rosa Luxemburgo (1976) sobre a natureza econômica do imperialismo, ou seja, seu sentido em termos de conquistas territoriais para realização de investimentos (visão de Lenin), ou acesso a novos mercados (visão de Rosa Luxemburgo).

Não obstante à relevância dessa questão, os escritos econômicos sobre o papel do capitalismo financeiro para o imperialismo são esclarecedores ao apontarem como a circulação do capital fictício, portador de juros, assegurará um domínio político e econômico por parte de um seleto grupo de países e como esta dinâmica de acumulação, ancorada no capital financeiro, permitirá a expropriação das riquezas humanas e naturais nos países periféricos. Para tanto, os escritos do economista austríaco Rudolf Hilferding serão fundamentais, especialmente sua obra *O capital financeiro*, publicada pela primeira vez em 1910.

Nesta obra, Hilferding abordará sobremodo a nova dinâmica de acumulação de capital capitaneada pelos cartéis e pelos trustes sob a égide dos mercados monopolistas, dando significativa contribuição aos estudos marxistas sobre o capitalismo. Nesse sentido, a leitura da obra de Hilferding (1985) complementa os estudos desenvolvidos por Marx (2006) em *O capital*, sobremaneira nos volumes II e III, considerando que a queda da taxa de lucros a longo prazo, (circunstância em que o capital constante se sobrepõe em grande medida ao capital variável), levaria ao colapso do capitalismo em âmbito interno, o que exigiria sua expansão territorial.

Ademais, fornece subsídios ao pensamento de Lenin sobre o imperialismo no que tange ao papel dos monopólios e à ofensiva sobre outros países, tendo em vista, a realização de investimentos, estratégia por meio da qual seria possível que se prosseguisse a dinâmica de acumulação de capital com a conquista de novos mercados para a realização do excedente.

Nos moldes do confronto teórico, a partir das contribuições de Lenin e de Rosa Luxemburgo, é oportuna a noção de imperialismo com base no confronto entre as teses sobre o imperialismo desenvolvidas por Hilferding (1985) e Hobson (1981).

Para além do aspecto econômico, deve-se considerar a reflexão do imperialismo no que ele significou, do ponto de vista teórico, um fenômeno de natureza política, a exemplo do debate sobre o papel exercido pelo imperialismo no processo de acumulação de capital. Ou seja, se teria sido ele uma degenerescência do modo de produção que deveria encontrar mecanismos de correção na dinâmica dos mercados internos, (propiciando aumento da renda para que o produto encontrasse correspondência na renda interna), perspectiva de Hobson (1981), ou, ainda, se seu recrudescimento levaria à melhoria geral das condições materiais de existência, inclusive do proletariado, visão de Bernstein.

Nesse particular, a famosa crítica de Lenin à perspectiva de Kautsky, registrada no prefácio que escrevera para a obra de Bukharin (1969), encerra a crença de Kautsky sobre a proliferação dos trustes por todo o mundo levar ao superimperialismo, a partir do que seria alcançado o *capitalismo pacífico*. Em sua crítica, Lenin lança a seguinte provocação na forma de uma indagação:

Se se admite que esse superimperialismo poderia eliminar certos choques particularmente desagradáveis, alarmantes ou importunos para um pequeno-burguês (tais como as guerras, as transformações políticas, etc.) – por que não se abstrair da realidade atual, desta época de imperialismo e que acarretou os mais graves conflitos e catástrofes, para imaginar, inocentemente, um superimperialismo relativamente pacífico, isento de conflitos e de catástrofes? (LENIN, 1969, p.13).

Ocupemos da arguta indagação feita por Lenin para atestar que o que se passa no mundo contemporâneo ainda pode ser qualificado de imperialismo. Fosse o contrário, não estariam as nações em vias de desenvolvimento ou emergentes reiterando, uma vez mais, sua condição de subordinação e reprodução de um padrão de acumulação reprodutor de suas desigualdades e de suas fragilidades estruturais. Guardadas as devidas diferenças, a ingenuidade da solução para a miséria do capitalismo decorrente do superimperialismo, conforme foi propugnado por Kautsky, encontra, nos apologetas da globalização dos mercados e seu possível resultado socialmente positivo, sua perfeita correlata para os tempos atuais. Essa construção realizada por Kautsky não continha, por sua vez, originalidade alguma, tendo em conta que os defensores do suave comércio, no âmbito do capitalismo concorrencial, tinham a mesma crença e dela se valiam para a legitimação de seus esforços de dominação territorial.

No próximo tópico, pretende-se problematizar as economias latino-americanas, mormente a economia brasileira, à luz da teoria marxista da dependência. Tal problematização, permitirá que se discuta estas economias com base no papel desempenhado pelo agronegócio. A hipótese levantada é a de que a relevância e contínua expansão do agronegócio encontram-se associadas às políticas de natureza imperialista (um novo imperialismo, constituído sobre outras bases), bem como esta relevância/contínua expansão é reprodutora de uma situação de dependência econômica, erigida, também, sobrenovas bases, àquelas atinentes ao capital financeiro em proporções globais. Tem-se que a teoria marxista da dependência é a corrente teórica, no âmbito das ciências sociais, que melhor fornece condições para investigação de tal natureza. Tendo recebido bastante influência dos escritos de André Gunder Frank (1970;

1980), a TMD encontrou, em Ruy Mauro Marini (2000; 2014), Theotonio dos Santos (1977; 1978) e Vânia Bambirra (2013) seus principais elaboradores.

Agronegócio e capitalismo dependente

Além da importância representada para as teses sobre o imperialismo, os escritos marxistas têm sido cruciais para a compreensão das economias latino-americanas no tocante à chamada teoria marxista da dependência. A associação entre as teses sobre o imperialismo e esta teoria reside na relevância do conceito de *desenvolvimento desigual e combinado* no debate sobre a reprodução da dependência financeira por parte das economias periféricas, especialmente das latino-americanas. Assim, com base no fenômeno do imperialismo, que sofre profundas alterações na transição do século XIX para o XX, em decorrência da associação entre capital industrial e capital bancário, ensejando a supremacia do capital financeiro, a dependência econômica começa a tomar novos contornos.

Em que pese a necessidade de realização do excedente por parte das economias centrais (Estados Unidos, oeste europeu e Japão, principalmente) e as transformações no caráter do imperialismo, instauradas pela dinâmica de realização de investimentos em setores estratégicos nas economias periféricas (América-Latina e Ásia, sobretudo), foram sendo constituídos, nessas economias, processos de industrialização com alta dependência tecnológica. Ao passo que, a periferia do capitalismo global se tornava, no pós-segunda Guerra, destino para os investimentos em setores como siderurgia, alterando a lógica da dependência, se aprofundava o caráter primário de participação das economias periféricas. Com efeito, no pós Segunda Guerra, a economia norte-americana torna-se hegemônica, constituindo um poderoso imperialismo sobre as economias dependentes. É nesse período que as economias dependentes, especialmente a brasileira, a argentina e a mexicana promovem suas industrializações e aprofundam, via substituição de importações e associação ao capital estrangeiro, a consolidação de suas bases industriais. Nas palavras de Marini (2014):

Desta forma, a burguesia industrial latino-americana passa de um ideal de desenvolvimento autônomo para uma integração direta com os capitais imperialistas, dando lugar a um novo tipo de dependência, muito mais radical que a anterior. (MARINI, 2014, p. 62).

No tocante à economia brasileira, dada a correlação de forças políticas e econômicas consoantes ao desenvolvimento de demais economias dependentes associadas, foi engendrado o fenômeno por Marini, denominado de subimperialismo. “O que se colocou assim foi a expansão imperialista do Brasil, na América Latina, que corresponde, na verdade, a um subimperialismo ou a uma extensão indireta do imperialismo norte-americano [...]” (MARINI, 2000, p. 70).

Com efeito, infere-se que o agronegócio consiste no elemento central de reprodução não apenas do imperialismo das economias centrais sobre a economia brasileira, mas também de reprodução de seu subimperialismo, asseguradas as devidas divergências com o chamado subimperialismo que se consolidou nos tempos da ditadura. Senão vejamos: conforme relatório publicado pela Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), intitulado *State of commodity dependence 2014* houve, de 2010 para 2013 um aumento do

número de países dependentes de exportações de *commodities*. Em 2010 eram 88 países, passando para 94 países em 2013.

Conforme a UNCTAD (2016), são considerados países dependentes de suas economias primárias aqueles cujas pautas de exportações contenham, em mais de 60%, esse tipo de produto. Ainda conforme o relatório, considerando dados para o período 2012/2013, a dependência de exportações de *commodities* por parte dos países latino-americanos perfazia o seguinte quadro: Argentina (67%); Belize (89%); Bolívia (96%); Brasil (65%); Chile (87%); Colômbia (83%); Costa Rica (24%); Cuba (74%); El Salvador (29%); Equador (93%); Guiana (92%); Guatemala (62%); Haiti (11%); Honduras (55%); México (25%); Nicarágua (60%); Panamá (50%); Paraguai (91%); Peru (88%); República Dominicana (38%); Suriname (95%); Uruguai (77%) e Venezuela (85%).

Entende-se por agronegócio a empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário. A produção primária (pecuária e extrativismo vegetal e mineral) é responsável por considerável volume das exportações e do Produto Interno Bruto (PIB) das principais economias latino-americanas, como é o caso da economia brasileira, cujas exportações de minério de ferro, soja, dentre outras *commodities*, respondeu, para o intervalo 2013/2013, por 60% das exportações do país. Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para o intervalo de janeiro a maio de 2016, os principais produtos exportados foram: soja mesmo triturada (64,16%); minérios de ferro e seus concentrados (14,86%), óleos brutos de petróleo (4,18%); açúcar de cana, em bruto (3,24%); carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluindo miúdos (3,20%); celulose (3,13%); farelo e resíduos da extração de óleo de soja (3,11%); milho em grãos (2,76%); carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada (2,48%); café cru em grão (2,46%). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016).

Para o mesmo período, os principais destinos das exportações brasileiras foram: China (21,36%), Estados Unidos (11,71%); Argentina (7,24%); Países Baixos (5,30%); Japão (2,69%); Alemanha (2,67%); Chile (2,10%); México (2,04%); Itália (1,91%); Bélgica (1,68%); Coreia do Sul (1,65%); Reino Unido (1,51%); Suíça (1,50%). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016). Nota-se, com base nas informações acima apontadas, que os principais produtos da pauta de exportações brasileiras são produtos primários, com pouca base técnica, em alguns casos completamente desprovidos dela.

Por outro lado, os principais produtos importados pela economia brasileira no período de janeiro a maio de 2016 foram: medicamentos para medicina humana e veterinária (4,51%); partes e peças para veículos automotores e tratores (3,45%); óleos brutos de petróleo (2,43%); automóveis de passageiros (2,09%); circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (2,03%); compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas (1,89%); naftas (1,74%); óleos combustíveis (óleo diesel, *fuel-oil*, etc.) (1,73%); circuitos impressos e outras partes para telefonia (1,67%); instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc. (1,54%); partes de motores e turbinas para aviação (1,52%). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016).

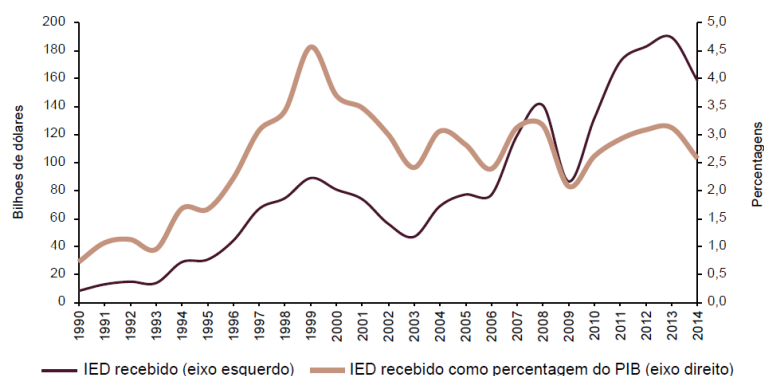
Esses produtos, por sua vez, apresentam considerável base técnica, o que assegura um intercâmbio favorável aos países de capitalismo avançado. Ainda conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços tiveram, para o mesmo período, os seguintes países de origem: China (17,13%); Estados Unidos (17,05%); Alemanha (6,88%); Argentina (6,41%); Coreia do Sul (3,06%); França (2,81%); Itália (2,80%); Japão (2,63%); México (2,46%); Chile (2,28%); Reino Unido (1,86%). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016). Rápida análise permite observar que os países para os quais exportamos nossos produtos, em sua maioria primários, são aqueles dos quais importamos bens de consumo duráveis e bens de capital⁵.

Enquanto exportamos soja e minério de ferro para a China, desse país importamos plataformas de perfuração ou de exploração, partes e acessórios de máquinas, aparelhos de toda sorte, circuitos integrados e componentes eletrônicos. Aos Estados Unidos vendemos óleos brutos de petróleo, celulose e café, deles adquirimos partes de motores e turbinas para aviação, medicamentos, instrumentos e aparelhos os mais diversos, adubos e fertilizantes. Há que se considerar, que a dinâmica econômica inerente ao agronegócio impôs, aos países com alta participação de produtos primários em suas pautas de exportações, uma integração de mercados que reproduz e aprofunda a dependência econômica. Exemplifica a afirmação, o intercâmbio entre bens agrícolas produzidos a partir do agronegócio nos países latino-americanos e a aquisição, por parte desses países, de insumos, como fertilizantes e adubos, vendidos por países de capitalismo avançado.

Ademais, há que se considerar a existência do Investimento Estrangeiro Direto (IED) realizado pelas principais economias mundiais nos países latino-americanos, como é o caso da economia chinesa por meio de investimentos em empreendimentos ligados ao setor mineral em diversos países, quando não a aquisição direta de recursos naturais. Sobre isto, a seguinte passagem é bastante esclarecedora: “Por exemplo, as siderúrgicas chinesas pretendem construir fundições no Brasil, na Austrália e nos Estados Unidos. A China procura comprar jazidas de petróleo e de minerais” (LEIVA, 2009, p. 145). Para que se possa ter uma ideia mais clara sobre isso, o montante financeiro do IED aplicado no setor agroindustrial da América Latina e do Caribe, para o intervalo entre 2005 e 2011, foi da ordem de 48,4 bilhões de dólares, sendo que, desse total, 49,9% foi destinado ao Brasil, 37,9 % ao México e 11% à Argentina. (CEPAL, 2012). Na tabela abaixo, é possível observar que a curva ascendente do investimento estrangeiro direto entre os anos de 2009 e 2013, passou a ter um movimento de descenso a partir de 2013, em alguns países, em virtude da vertiginosa queda nos preços dos minerais e do petróleo.

⁵ Adotamos, aqui, o modelo proposto por Kalecki (1978) com base na exposição marxista acerca da reprodução do capital, sendo o Departamento I como aquele que representa os bens de capital, o Departamento II, os bens de consumo para os capitalistas e o Departamento III, o de bens de consumo para os trabalhadores.

Gráfico 1
América Latina e Caribe: investimento estrangeiro direto (IED) recebido, 1990-2014^a
(Em bilhões de dólares correntes e percentagens do PIB)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em estimativas e cifras oficiais de 18 de maio de 2015.

^a As cifras não incluem os fluxos dirigidos aos principais centros financeiros do Caribe. Os dados de IED se referem às entradas de investimento estrangeiro direto, menos os desinvestimentos (repatriação de capital) por parte dos investidores estrangeiros. Essas cifras diferem das incluídas nas edições de 2014 do Estudo Econômico da América Latina e Caribe e do Balanço Preliminar das Economias da América Latina e Caribe, já que estas publicações mostram o saldo líquido do investimento estrangeiro, quer dizer, do investimento direto na economia correspondente menos o investimento dessa economia no exterior.

Nesses termos, é que o agronegócio brasileiro configura, dada uma assimetria na divisão internacional do trabalho e uma dinâmica econômica orientada segundo as exigências do capital financeiro, uma nova lógica de dependência. Uma série de fatores permitem inferências dessa natureza, bastando considerar a superexploração da força de trabalho, resultando até mesmo no recrudesimento do trabalho análogo à escravidão⁶, sobremodo em regiões de expansão de monoculturas, bem como as próprias dinâmicas territoriais subjacentes ao processo de ocupação de novas porções do território nacional. No tocante à superexploração da força de trabalho, ela é produto do sequioso projeto capitalista de, dada uma concorrência internacional de preços, de obtenção de competitividade. Além disso, graças a ela é possível a obtenção de lucros extraordinários, uma vez que são baixos os custos de reprodução da força de trabalho.

Se no contexto de consolidação da indústria nacional (1955-1972) a agricultura representava um entrave dada a baixa produtividade e parca inserção tecnológica, nos tempos atuais, de vigência do chamado agronegócio, ela apresenta, ano após ano, aumento dos índices de produtividade acompanhado de uma massiva inserção de tecnologia em seus processos produtivos. Tais transformações remetem às inovações oriundas da chamada Revolução Verde, bem como às mudanças organizacionais das cadeias produtivas com a formação dos Complexos Agroindustriais. Vale o registro de que essas mudanças prescindiram de quaisquer mudanças na estrutura fundiária.

A reforma agrária, uma demanda premente do país, especialmente durante a década de 1950, com a emergência de movimentos sociais de luta pela terra, caso houvesse sido implementada, teria pavimentado as vias para um processo de industrialização dotado de maior autonomia e teria impedido, portanto, uma associação, ao capital estrangeiro, altamente deletéria aos interesses nacionais. Por meio dela, a reforma agrária, ter-se-ia permitido maior integração campo-cidade, agricultura-indústria, de modo que o setor rural asseguraria preços favoráveis para o avanço da indústria nacional, seja por meio do

⁶ Esta hipótese foi confirmada por meio de pesquisas, tendo como fontes os dados coligidos pela Comissão Pastoral da Terra a partir dos registros de denúncia feitos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (XAVIER, 2013).

fornecimento de matérias primas, seja por meio do fornecimento de gêneros alimentícios para o abastecimento da força de trabalho urbana.

Na ausência de tais reformas, a dialética do desenvolvimento do capitalismo brasileiro resultou numa associação entre interesses nacionais e estrangeiros que aprofundou a dependência e o subimperialismo. Durante a década de 1990, com o avanço do neoliberalismo e, portanto, da abertura comercial, privatizações e desregulamentação dos mercados, o Brasil recebeu crescentes aportes de IED. Nesse período, sem condições de competitividade, muitas empresas nacionais, públicas ou privadas, foram incorporadas pelas grandes empresas estrangeiras. Muitas empresas estrangeiras obtiveram vultosos financiamentos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que permitiu processos de fusão e de aquisição a expensas do Estado. “Assim, o setor público financiava o desmantelamento das empresas públicas através de formidáveis doações de capital nos governos Fernando Henrique Cardoso” (FONTES, 2010, p. 328). Paralelo a esse processo, houve o aprofundamento do subimperialismo via associação de capitais e conquista de novos mercados. É importante observar que o subimperialismo se deu, em considerável medida, em setores com baixa densidade técnica, como àqueles ligados ao agronegócio, conforme menção de Fontes (2010):

Depois da expansão do Grupo Gerda, na década de 1990, e da Ambev em 2003, empresas como Marfrig e Bertin (posteriormente reunidas na JBS Friboi, com o apoio do BNDES), controlavam um terço da produção uruguaia de carne bovina. Em 2007, a produtora de arroz Camil, brasileira, comprou a maior processadora de arroz uruguaia, responsável por 45% da produção e exportação do produto (BID-INTAL, 2007, p. 36-37, apud FONTES, 2010, p. 340).

Em 2009, Novoa chega a falar de uma ‘brasileirização’ do investimento externo direto na Argentina. A Petrobrás comprou a Pecom, passando a segundo grupo econômico no setor de petróleo e gás. A Camargo Correia comprou a maior fábrica de cimento do país, a Loma Negra. A Friboi comprou as unidades da Swift na Argentina e a norte-americana Pilgrim’s Pride, tornando-se o maior polo frigorífico do mundo (NOVOA, 2009, p. 198, apud FONTES, 2010, p. 340).

Cumpra compreender que o agronegócio, enquanto ramo da produção que coaduna, à jusante e à montante, atividades de produção, distribuição e circulação opera-se tanto por meio de processos de acumulação *in loco*, quanto por meio de redes e fluxos de circulação monetária oriundos do capital rentista. Materializa, pois, uma relação centro-periferia pautada pelas demandas de um capitalismo avançado. Configura, finalmente, o que Osorio (2012) denomina uma *especialização produtiva exportadora*, traço comum às principais economias latino-americanas. Conforme elucida Adrián Sotelo Valencia (2009):

Além disso, a maior parte dos países latino-americanos reestruturou os seus aparelhos produtivos e os seus padrões de acumulação de capital em benefício de setores tradicionais (primário-exportadores) fundados na produção de petróleo, gás, agricultura [...]. (VALENCIA, 2009, p. 130).

Na esteira dessa reflexão, e corroborando as afirmações anteriormente realizadas, é importante asseverar que, se para efeitos classificatórios os produtos agroindustrializados podem ser considerados como manufaturados, o que levaria a uma análise equivocada, esses bens, na verdade, resultam de recursos naturais e, grosso modo, possuem baixas ou nenhuma

incorporação tecnológica. Sobre essa especificidade das economias latino-americanas, Osorio (2012) ressalta que “[...] é notório o peso, entre os principais bens de exportação, dos produtos com vantagens naturais, como petróleo, minérios e bens agrícolas [...]” (OSÓRIO, 2012, p. 113). As palavras de Osorio se aplicam perfeitamente ao caso brasileiro, ao se considerar que nossos principais produtos de exportação são soja, minério de ferro, dentre outros e os produtos industrializados que exportamos dependem, em grande medida, de peças provenientes dos países de capitalismo avançado. Esse é o caso da nossa indústria automobilística, que se ocupa principalmente do processo de montagem, recorrendo a países como Alemanha, Itália, França, Coréia do Sul e Japão na importação de peças para automóveis. Ainda, conforme destaca Osório (2012):

A especialização produtiva exportadora encontra-se associada a uma espécie de reedição, sob novas condições, de novos enclaves, à medida que um número reduzido de atividades, geralmente muito limitadas e que concentram o dinamismo da produção, operam sem estabelecer relações orgânicas com o restante da estrutura produtiva local, ao demandar prioritariamente do exterior equipamentos, bens intermediários e, em alguns casos, até matérias-primas, para não falar da tecnologia e do design, sendo os salários e impostos o aporte fundamental à dinâmica da economia local (OSÓRIO, 2012, p. 113).

As conclusões de Osorio parecem afirmar nossos pressupostos, fundamentalmente o de que os novos padrões de acumulação de capital ensejados nas economias periféricas deram início a um novo modelo de dependência econômica, a saber, a dependência tecnológica e financeira. Esse modelo suscitou e tem suscitado uma série de transformações políticas na América-Latina. Osorio, em suas análises, faz referência ao projeto neoliberal e o desmonte de setores tradicionalmente vinculados ao Estado e ao capital privado nacional. Estas são questões que vicejam um amplo debate e que, ao menos no que concerne ao caso brasileiro, devem ser perscrutadas levando-se em consideração o agronegócio e sua dinâmica própria de reprodução.

Considerações finais

A dinâmica econômica dos países latino-americanos, especialmente a brasileira, aponta para um padrão de reprodução de seu capital ancorado, em grande medida, no setor primário. O agronegócio trata-se de um setor fundamental para a obtenção de saldos positivos na balança comercial brasileira, dada a dependência de exportação de produtos como soja, minério de ferro, cana de açúcar, café, dentre outros. Estas inferências, obtidas por meio da análise de dados acerca do comércio exterior dos países da América Latina, mormente do Brasil, atestam a relevância das teses sobre o imperialismo, bem como da teoria marxista da dependência, para a compreensão dos fundamentos do intercâmbio de mercadorias entre as economias centrais e as economias periféricas.

As economias latino-americanas caminham, cada vez mais, para a consolidação de um padrão de *especialização produtiva exportadora*, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas nas suas populações, precarizando ainda mais as relações de trabalho e ensejando, nestas economias, novas dinâmicas de dependência, agora alicerçadas, também, nos movimentos de acumulação oriundos do capital rentista. Atestando a relevância da teoria marxista da dependência para a explicação desse fenômeno, a noção de superexploração da força de

trabalho continua sendo central para a compreensão da reprodução do caráter periférico das economias latino-americanas.

Os processos de produção das mercadorias na periferia concorrem para a redução dos custos, com ampliação da massa de mais-valia e formação de taxas de lucro cada vez maiores, asseguradas por meio da ampliação e intensificação dos processos de trabalho, mormente nas atividades inerentes ao setor primário das economias periféricas, como amiúde ocorre no Brasil. Com base nesta constatação, novas questões devem ser perscrutadas, levando-se em conta, as contribuições da chamada teoria marxista da dependência, como o fenômeno do subimperialismo e a relação entre a economia brasileira e as demais economias latino-americanas.

Referências

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

BUKHARIN, N. **O imperialismo e a economia mundial**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

CASTRO, Antonio Barros de.; LESSA, Carlos Francisco. **Introdução à economia: uma abordagem estruturalista**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEPAL. **O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe** [documento informativo]. [Santiago]: CEPAL; Nações Unidas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11501/S2013157_pt.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV; UFRJ, 2010.

FRANK, André Gunder. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en America Latina**. Buenos Aires: Ediciones Signos, 1970.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os economistas).

HOBSON, John A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

KALECKI, Michal. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os pensadores).

- LEIVA, Orlando Caputo. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **El imperialismo, fase superior del capitalismo**. Moscou: Editorial Progreso, 1981.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução**. Florianópolis: Insular, 2014.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). **Dialética da Dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS (Brasil). **Balança comercial brasileira: acumulado do ano**. Brasília (DF), jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/component/content/article?id=84>>. Acesso em: 10 mai. 2016.
- OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva- estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; MATHIAS, Luce (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SANTOS, Theotonio. **Imperialismo y dependencia**. Ciudad de Mexico: Ediciones Era, 1978.
- SANTOS, Theotonio. **Imperialismo e corporações multinacionais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TROTSKY, Leon. **Escritos latino-americanos**. São Paulo: Edições Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009.
- TROTSKY, Leon. **A revolução permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- UNCTAD/ONU. **State of commodity dependence**. New York; Geneva: United Nations, 2015. Disponível em: <http://unctad.org/en/PublicationsLibrary/suc2014d7_en.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- VALENCIA, Adrián Sotelo. Neo-imperialismo, dependência e novas periferias na economia mundial. In: SADER, Emir; SANTOS, Theotonio dos (Coords.); MARTINS, Carlos Eduardo; VALENCIA, Adrián Sotelo (Orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

XAVIER, Glauber Lopes. Imperialismo e capitalismo dependente: a dinâmica econômica brasileira sob a hegemonia do agronegócio. In: Congresso Latino-Americano de História Econômica (CLADHE V), 5., São Paulo. **Anais do CLADHE V**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em:

<<http://www.cladhe5.org/uploads/Resumos%20aprovados/29.%20Imperialismo.pdf>>.

Acesso em: 19 jan. 2017.

XAVIER, Glauber Lopes. Violência e escravidão contemporânea nos canaviais goianos.

Revista IDEAS, Rio de Janeiro, v. 7, p. 67-105, 2013. Disponível em:

<<http://r1.ufrjr.br/cpda/ideas/ojs/index.php/ideas/article/view/119>>. Acesso em: 19 abr. 2017.

Glauber Lopes XAVIER

Economista. Doutor em Sociologia pela UFG. Professor Adjunto da UEG, atuando no curso de Ciências Econômicas e no Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) Bolsista de produtividade em pesquisa da Universidade Estadual de Goiás (Probip/UEG).
